

EDUCAÇÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA: contribuições da “Pedagogia da Alternância” para a formação dos catadores de materiais recicláveis

Francisco José Carvalho Mazzeu *

RESUMO

Este texto destaca a metodologia da Pedagogia da Alternância, apontando contribuições dessa proposta para *re-pensar* a formação dos catadores de materiais recicláveis. Considerando que a utilização dessa abordagem na área urbana ainda é pouco comum, procura-se iniciar uma reflexão que provoque elaborações futuras. Inicialmente apresenta-se uma visão geral da Pedagogia da Alternância e são citados os principais instrumentos usados nessa abordagem. Em seguida, são destacados dois aspectos teórico-metodológicos que constituem desafios para o trabalho de formação de catadores de resíduos: as relações entre Educação e Trabalho e entre Teoria e Prática, apontando para a necessidade de superar a dicotomia entre essas dimensões da atividade humana que predomina na sociedade atual. O trabalho dos catadores revela a exclusão dos trabalhadores que atuam nos setores menos organizados das cadeias produtivas, com poucas oportunidades de qualificação e baixa renda. Superar esse abismo requer uma intensa formação para os trabalhadores da reciclagem. Para dar conta desse desafio sugere-se que não basta implementar processos de alternância entre estudo e trabalho nas cooperativas de catadores. É preciso transformar as formas e conteúdos tanto do estudo quanto do trabalho, para que se possam criar atividades *emancipatórias* em que essa alternância conduza efetivamente a um pleno desenvolvimento dos trabalhadores.

Palavras-chave: Economia Solidária – Pedagogia da alternância – Catadores – Formação Profissional

ABSTRACT

EDUCATION AND SOLIDARY ECONOMY: contributions of the “Pedagogy of Alternating” to improve the rubbish collectors’ formation

This text presents the Pedagogy of Alternating methodology, highlighting its contribution to **re-think** the formation of the so-called “catadores” (rubbish collectors) of recycling materials. Whereas the use of this approach in the urban area is unusual, the aim of the article is to initiate a debate to promote further elaborations. Initially, an overview of the Pedagogy of Alternating is presented and the main instruments used in this approach are commented. Two theoretical and methodological issues are

* Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor Assistente Doutor na Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Araraquara. Endereço para correspondência: Rodovia Araraquara Jaú km 1 - sala 36 (Prédio dos Departamentos) – Araraquara (SP) - CEP: 14.800-901. E-mail: fmazzeu@gmail.com.

indicated as challenges for *catadores*' formation: the relations between Education and Work and the relations between Theory and Practice. The need to overcome this dichotomy between these dimensions of human activity (that predominates in today's society) is defended. The “catadores” work reveals the exclusion of these workers of less organized sectors of the production chain, with few opportunities to obtain better income and qualification. Overcoming this gap requires an intense training to transform the “catadores” into “recycling workers”. To reach this goal, the implementation of Alternating experiences between study and work in cooperatives and schools is not enough. A deep transformation is needed over the ways and subjects of both study and work, in order to create **emancipating activities** that promote a full development of these workers.

Keywords: Solidary Economy – Pedagogy of Alternating – Catadores – Professional Training

Introdução

A produção deste texto tem duas motivações fundamentais. A primeira decorre da participação nas atividades de Suporte Técnico e Acompanhamento do “Projeto para o Desenvolvimento de Ações Voltadas para a Estruturação de Unidades de Coleta, Triagem, Processamento e Comercialização de Materiais Recicláveis”. Por meio desse projeto, financiado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego e pela Fundação Banco do Brasil, estão sendo oferecidos programas de formação a quase 20 mil catadores de materiais recicláveis em 18 estados da Federação. O Termo de Referência elaborado pelo Ministério do Trabalho para orientar esse trabalho formativo prevê, entre outros aspectos, que:

[...] deverão ser resgatados e valorizados os acúmulos da “pedagogia da alternância”, que combina momentos formativos presenciais com momentos de vivência e prática, favorecendo que os aprendizados sejam constantemente experimentados, ampliados e aprimorados. As experimentações e vivências possibilitam questionamentos e o enriquecimento dos debates coletivos nos momentos formativos presenciais (BRASIL, 2009, p.10).

Esse projeto está sendo realizado em parceria com o Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis (MNCR), movimento social com seis anos de existência e que luta pela organização autônoma dos catadores e sua inserção na

construção de uma sociedade mais justa (MNCR, 2010). A segunda motivação resulta da participação na coordenação do Programa Nacional de Educação e Trabalho, da Rede UNITRABALHO¹. Esse programa inclui, entre seus objetivos, o propósito de refletir sobre os processos educativos vinculados ao desenvolvimento da chamada Economia Solidária. No âmbito da Rede UNITRABALHO, mais de 40 universidades já constituíram Incubadoras de Empreendimentos Solidários para atuar no apoio à formação e desenvolvimento de Empreendimentos Econômicos Solidários (cooperativas, associações, Centrais, empresas autogestionárias etc.) formados por trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho (para uma discussão sobre o processo de incubação como um processo educativo, vide CULTI, 2006). As equipes dessas Incubadoras, que incluem docentes, discentes e técnicos, atuam com diversos grupos de trabalhadores, entre eles, os catadores de resíduos. Um exemplo de atuação nesse setor é o trabalho da Incubadora de Empreendimentos Econômicos e Solidários (INCUBA) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB, 2010).

O presente artigo pretende oferecer subsídios para os educadores que atuam nesse campo, espe-

¹ A UNITRABALHO é uma rede interuniversitária que agrega mais de 60 Instituições de Ensino Superior de todos os estados do Brasil. Foi criada em 1995, por iniciativa de um grupo de reitores e dirigentes sindicais, com o objetivo de colocar o conhecimento acadêmico a serviço dos trabalhadores, a fim de qualificar suas lutas por melhores condições de vida e trabalho. Para mais informações, consultar www.unitrabalho.org.br.

cialmente aqueles que atuam com catadores de materiais recicláveis, seja por meio de cursos e outras iniciativas de formação, seja por meio de processos de incubação de empreendimentos (cooperativas, centrais) organizados por esses trabalhadores. Por essa razão, uma análise das características mais específicas da Pedagogia da Alternância e das ricas experiências e reflexões da Educação do Campo fogem ao escopo deste texto.

A Pedagogia da Alternância – aspectos gerais

Na *Pedagogia da Alternância (PA)*, a escola ou o centro de formação funciona sob regime de alternância entre o estudo e o trabalho, segundo o esquema: ação – reflexão – ação. Sua aplicação tem se dado basicamente nas áreas rurais, possibilitando que os jovens que moram e trabalham no campo, junto de suas famílias, frequentem a escola durante determinado tempo (o Tempo-Escola) para refletir sobre a realidade, estudar os conteúdos escolares e o conhecimento científico e tecnológico, tendo como base as situações problematizadoras vivenciadas no trabalho. Estes jovens permanecem na escola, em regime de internato, por um determinado período (semana ou quinzena), que é definido de acordo com as peculiaridades locais. No período seguinte, os jovens retornam às suas propriedades familiares e ao trabalho, para aplicar o conhecimento e as tecnologias difundidas na escola, bem como levantar novos problemas e necessidades (FONSECA, 2008).

A aplicação dessa forma de educação, ajustando a oferta de ensino formal de modo a conciliar o estudo com o trabalho, está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), especificamente no Capítulo II Seção I – Das Disposições Gerais:

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, **alternância regular de períodos de estudos**, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar. [...]

§ 2º. O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas,

a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isto reduzir o número de horas letivas previsto nesta lei. [*sem grifos no original*] (BRASIL, 1996)

Embora o preceito legal esteja focado no trabalho rural, especialmente considerando os períodos de plantio e colheita, que demandam mais mão de obra, o enunciado pode aplicar-se, em princípio, a qualquer situação em que o trabalho demande uma dedicação integral e o espaço escolar encontre-se apartado do local de trabalho. No caso das áreas urbanas, determinados tipos de trabalho são de tal natureza que possuem traços de sazonalidade que os aproximam (nesse aspecto) do trabalho rural. É o caso dos processos de coleta e triagem de resíduos, que se concentram e avolumam em determinados dias, horários e épocas do ano.

Histórico

A Pedagogia da Alternância surgiu em 1935, apoiada em um movimento de agricultores franceses insatisfeitos com a educação oferecida aos jovens das famílias do campo. Esse grupo defendia a necessidade de uma educação escolar que atendesse às particularidades psicossociais desses adolescentes e que também propiciasse, além da profissionalização em atividades agrícolas, elementos para o desenvolvimento social e econômico da sua região. (TEIXEIRA; BERNARTT; TRINDADE, 2008)

De acordo com esses autores (*op. cit.*, p. 229 e ss.),

No ensino organizado por esses agricultores, com o auxílio de um padre católico, alternavam-se tempos em que os jovens permaneciam na escola – que naquele primeiro momento consistia em espaço cedido pela própria paróquia – com tempos em que estes ficavam na propriedade familiar. No tempo na escola, o ensino era coordenado por um técnico agrícola; no tempo na família, os pais se responsabilizavam pelo acompanhamento das atividades dos filhos. A ideia básica era conciliar os estudos com o trabalho na propriedade rural da família. [...] A Pedagogia da Alternância surgiu no Brasil em 1969, por meio da ação do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES). O objetivo primordial era atender aos interesses do homem do campo, principalmente no que diz respeito à elevação do seu nível cultural, social e econômico. Atualmente

existem no Brasil diversas experiências de educação escolar que utilizam a Pedagogia da Alternância. As experiências mais conhecidas são as desenvolvidas pelas Escolas Família Agrícola (EFAs) e pelas Casas Familiares Rurais (CFRs).

Princípios orientadores

Segundo Rodrigues (2008), os autores que tratam do tema, tais como Queiroz (2004), Begnami (2003 e 2006) e Silva (2000), apontam quatro “pilares sustentadores das práticas pedagógicas brasileiras em alternância” (RODRIGUES, 2008, p. 31):

- a alternância dos tempos e espaços, articulando estudo e trabalho;
- a participação das famílias no processo educativo;
- a perspectiva de desenvolvimento local solidário e sustentável;
- a formação integral dos educandos.

Esses princípios podem ser aplicados, *mutatis mutandis*, na formação de catadores de materiais recicláveis. A articulação entre estudo e trabalho, por exemplo, é essencial para que o estudo adquira algum sentido para esses trabalhadores, já que suas condições de vida exigem uma luta diária pela sobrevivência imediata, dificultando a realização de atividades que se mostrem distantes dessas necessidades práticas. Ao mesmo tempo, a baixa escolaridade desse grupo coloca o desafio de articular a formação voltada para o trabalho, com ênfase na qualificação e requalificação profissional, com a formação geral para o exercício da cidadania e a elevação da escolaridade. O imperativo de articular essas duas demandas (da prática e da formação geral) remete para o quarto princípio, a formação integral dos educandos. Trata-se de pensar uma formação que não se limite a conhecimentos específicos tais como: os tipos de materiais, as formas de comercialização etc. (embora não possa prescindir da abordagem desses temas). A perspectiva do desenvolvimento sustentável oferece um importante horizonte para situar a formação dos catadores nesse contexto mais geral, suscitando entre eles uma reflexão com base nos dados que a realidade apresenta, mas levantando questionamentos sobre

a produção e destinação do lixo (Quais as origens desse lixo? Quais as consequências do descarte desses materiais em lixões e aterros?). Dessa forma, ao mesmo tempo em que compreendem melhor o seu trabalho, podem perceber por meio dele as contradições e dilemas do atual modelo socioeconômico, baseado na produção de mercadorias (e não nas necessidades humanas) e no uso predatório dos recursos naturais. Dentre os princípios destacados, talvez a participação das famílias possa ter uma aplicação menos evidente no caso dos catadores, já que vários deles perderam seus vínculos familiares. Contudo é uma orientação igualmente importante, sobretudo quando considera-se que os laços de solidariedade que se constituem na unidade familiar (qualquer que possa ser sua configuração) são essenciais para o equilíbrio e para a própria saúde dos sujeitos. Recuperar e fortalecer esses vínculos com a família e a comunidade talvez possa ser, em determinados processos de formação, um dos principais objetivos a serem alcançados.

Metodologia e instrumentos pedagógicos

Embora a PA apresente características próprias, o método de trabalho proposto nessa abordagem e os seus fundamentos teóricos encontram forte convergência com o método Paulo Freire de Educação de Jovens e Adultos (cf. CALIARI; ALENCAR; AMÂNCIO, 2002; BRANDÃO, 1981; FREIRE, 1979).

Vale lembrar que um método não é somente um “caminho para se atingir um fim”, mas é definido pela **intencionalidade** da ação (PINTO, 1969), isto é, existe método pedagógico no qual a escolha de cada passo, etapa ou procedimento usado na formação dos educandos ocorre com plena consciência dos resultados (imediatos ou não) que esses passos, etapas ou procedimentos poderão gerar. Nesse sentido, o método pedagógico precisa ser criado e recriado no processo educativo, pois não existe “método” quando ocorre a mera aplicação mecânica de procedimentos (PINTO, 2007). Conhecer os passos seguidos por outros educadores pode servir de inspiração para orientar um trabalho pedagógico, mas esses passos ou instrumentos desenvolvidos em outras circunstâncias

não podem ser vistos como um caminho a ser reproduzido para obter os mesmos resultados, já que as condições histórico-sociais mudam. Nenhum grupo de trabalhadores é idêntico a outro. Dessa forma, o método de trabalho a ser utilizado na formação desses trabalhadores (antes, durante e após o processo de constituição de empreendimentos solidários) precisa ser *re-criado* com base em referências diversas e, sobretudo, baseado na realidade e nas necessidades dos próprios educandos/trabalhadores. Não se pode transformar qualquer proposta pedagógica em uma panaceia que resolva os problemas da *práxis* educativa, que só encontram solução pela mediação da reflexão crítica, do debate coletivo e da formação permanente dos próprios educadores.

Com essa ressalva, é possível apontar as etapas principais do método proposto por Paulo Freire (BRANDÃO, 1981; FREIRE, 1979):

- levantamento do universo cultural dos educandos e identificação de temas geradores;
- codificação dos temas e apresentação aos educandos (problematização);
- descodificação dos temas por meio de debate no “círculo de cultura”;
- assimilação de novos conhecimentos sobre temas geradores;
- sistematização e registro dos resultados.

Baseado no conceito de diálogo, a proposta freireana procura basear-se na realidade vivida pelos educandos, identificando temas e situações problematizadoras que são tomadas como objetos de debate e estudo. Com base nesses estudos, retorna-se para a realidade visando a transformá-la.

Com esse mesmo objetivo, de promover uma reflexão sobre a prática como meio de desenvolver novos conhecimentos e formas de agir, a PA utiliza algumas técnicas e recursos pedagógicos para apoiar as atividades dos educandos. Dessa forma, a despeito da denominação de “pedagogia” que essa proposta assumiu, poderia ser mais adequado considerá-la como uma vertente ou variante metodológica da educação popular ou da Pedagogia Libertadora, à qual agrega um conjunto de técnicas e instrumentos de trabalho pedagógico.

Castro (2010) e Silva (2009, p. 275) citam os principais instrumentos práticos (ou estratégias

pedagógicas) utilizados em experiências de alternância. Considerando a realidade urbana dos catadores, foram destacados nove desses instrumentos pedagógicos, os quais são analisados sucintamente quanto a uma possível forma de utilização em processos formativos com catadores:

a) Plano de Estudo (PE)

O Plano de Estudo (PE) é uma pesquisa sobre um *tema gerador* escolhido previamente pelos alunos(as) e educadores(as). O PE é elaborado ao final do período na escola, pelos próprios alunos, com a colaboração dos educadores, para ser desenvolvido durante a alternância em casa com a família, lideranças da comunidade ou profissionais do meio. Os resultados são posteriormente socializados na sessão seguinte na escola e servem para orientar o estudo das disciplinas do currículo. Brandão (1981, p. 38-39) explica que os temas geradores são

Temas concretos da vida que espontaneamente aparecem quando se fala sobre ela, sobre seus caminhos, remetem a questões que sempre são as das relações do homem: com o seu meio ambiente, a natureza, através do trabalho; com a ordem social da produção de bens sobre a natureza; com as pessoas e grupos de pessoas dentro e fora dos limites da comunidade, da vizinhança, do município, da região; com os valores, símbolos, ideias.

O trabalho com esses temas, no método Paulo Freire, pressupõe um trabalho inter e multidisciplinar, identificando as áreas do conhecimento técnico e científico às quais cada tema remete e as múltiplas relações que, em cada tema, essas diversas áreas apresentam, tendo como eixo comum a atividade social transformadora do ser humano: o trabalho. No caso dos catadores, com base em um tema que emerge da sua atividade, como por exemplo, a distribuição dos ganhos obtidos pela cooperativa entre os trabalhadores cooperados, pode ser elaborado um Plano de Estudo que contemple desde conhecimentos matemáticos (como calcular os ganhos?) até questões éticas e filosóficas (o que é uma distribuição justa?).

b) Colocação em Comum (CC)

A colocação em comum (CC) é um momento de socialização da pesquisa do PE, similar ao pro-

cesso de decodificação nos “círculos de cultura” propostos por Paulo Freire (1979, 1981, 1987), nos quais ocorre debate, problematização, perguntas, hipóteses e a síntese entre os conhecimentos de cada aluno(a), os conhecimentos do grupo e o saber sistematizado trazido pelo educador. É neste momento que os alunos (as) conseguem expor seus problemas, suas dificuldades, os anseios e as soluções que encontraram. Os resultados do debate podem ser sistematizados na forma de dramatizações, cartazes, desenhos e textos. Para outras reflexões sobre o uso do Plano de Estudo e da Colocação em Comum na PA, vide: Pettenon e Teixeira (2001).

c) Caderno da Realidade (CR)

O Caderno da Realidade (CR) é o espaço em que o educando registra e anota as suas reflexões, os estudos e aprofundamentos que realiza dentro e fora da escola. É a sistematização da reflexão sobre a prática provocada pelo Plano de Estudo. O CR é ainda um documento que mostra a história do aluno(a). Com base nele os pais e outros interessados podem acompanhar as atividades que estão acontecendo na escola e, assim, podem contribuir com sugestões e conselhos. Para os catadores, o CR pode constituir-se um caminho para o ingresso no universo da cultura letrada, já que nesse espaço poderão anotar desde informações sobre a quantidade de materiais que coletaram em determinado dia, assuntos para tratar em reuniões, até questões para serem estudadas e discutidas posteriormente. Dominar o uso da escrita como uma ferramenta cultural de elaboração e expressão do pensamento é uma tarefa essencial em um processo formativo emancipatório (esse tema será retomado mais adiante). O educador tem um papel fundamental de introduzir os catadores no uso dessa ferramenta, mostrando como utilizá-la e ajudando no registro e na recuperação de informações anotadas no Caderno.

d) Visitas e Viagens de Estudo (VE)

As Visitas e Viagens de Estudo são atividades organizadas com base em cada tema gerador do PE. Objetiva levar o educando a confrontar o seu conhecimento com os conhecimentos dos outros e aprender apoiado na experiência de grupos que

já tenham avançado em determinados temas. No caso da formação de catadores, os locais a serem visitados em especial podem ser outras associações e cooperativas, Centrais, fábricas e outros espaços produtivos que possam inspirar e motivar os trabalhadores a buscar novas formas de organização e trabalho. A articulação dos próprios catadores, por meio dos seus movimentos, redes etc., pode ser um ótimo canal para planejar e viabilizar (inclusive financeiramente) essas visitas e viagens. É importante que os processos formativos estimulem todos os catadores a participarem desse tipo de atividade, criando sistemas de rodízio para evitar que somente as lideranças ou dirigentes possam realizá-las. Dessa forma também se fortalece a autogestão e abre-se espaço para o surgimento de novas lideranças no movimento.

e) Visitas à Comunidade (VC)

É fundamental para o formador conhecer a realidade do aluno e o seu meio para aprofundar a reflexão sobre os problemas de ordem socioeconômica vividos pelo grupo. Nesse sentido, caso a escola ou instituição formadora não esteja na própria comunidade em que os catadores vivem é imprescindível organizar essas visitas dos formadores para conhecer essa realidade e conviver com o contexto social desses educandos. Essas visitas também permitem avaliar os resultados do processo pedagógico no que se refere aos impactos sociais e econômicos no desenvolvimento local. No caso das cooperativas de catadores, elas geralmente situam-se próximas aos locais de moradia deles, portanto, conhecer a comunidade do entorno, bem como as famílias dos catadores, é essencial para compreender o universo sociocultural no qual vivem.

f) Estágio

O Estágio é um meio de possibilitar ao aluno o confronto com uma situação concreta de trabalho para que possa: observar, vivenciar, experimentar e praticar novas formas de trabalho, com acompanhamento devido dos formadores. Esse estágio ajuda também a definir melhor os interesses profissionais dos educandos e criar vínculos com outras instituições. Uma possibilidade interessante seria criar mecanismos para que alguns catadores pudessem estagiar em organizações de outros grupos, trazem-

do novas ideias e experiências para seu meio. Assim como as visitas e viagens, esses estágios poderiam ser viabilizados pelo movimento dos catadores e suas organizações de apoio. Também poderiam ser buscadas oportunidades de estágio em empresas que tenham programas de Responsabilidade Social, como forma de acelerar o domínio de novos conhecimentos técnicos pelos catadores.

g) Intervenções Externas (IE)

As Intervenções Externas ou palestras acontecem como meios de aprofundamento dos temas do Plano de Estudo após a Colocação em Comum. Para a realização das Intervenções conta-se com pessoas e entidades parceiras que colaboram voluntariamente com este processo educativo. No caso dos processos de incubação, é possível contar com o apoio de pesquisadores e docentes das universidades. Também existe a possibilidade de obter esse tipo de trabalho voluntário (também chamado *pro bono*) junto a grandes empresas interessadas em apoiar os empreendimentos de catadores. Diversos projetos oferecem apoio para ações de Assistência Técnica que podem ser acessadas pelos grupos de catadores para obter informações relevantes sobre o mercado dos materiais, orientações sobre as melhores formas de separar e comercializar esses materiais, orientações específicas sobre higiene, saúde e segurança no trabalho e outros assuntos que, de modo geral, não são de domínio dos educadores diretamente envolvidos em processos formativos com esse público. Também da parte do educador cabe ter a necessária capacidade de reconhecer suas próprias limitações e buscar a ajuda de especialistas que possam agregar novos conhecimentos e informações, as quais o próprio educador poderá também assimilar.

h) Tutoria

A tutoria é uma das formas de acompanhar de forma personalizada as atividades de pesquisas, os exercícios, as vivências e experiências dos educandos no meio socioprofissional. Cada grupo de educandos possui um formador que torna-se responsável por acompanhar o grupo, orientando individualmente, tirando dúvidas, passando sua própria experiência pessoal etc. Nos processos de **incubação** é bastante comum que um dos mem-

bros assumam esse papel de tutoria em relação a um determinado grupo de trabalhadores. Como toda relação pedagógica, dado o seu caráter assimétrico em relação ao domínio do saber elaborado, é necessária a constante vigilância para que a tutoria não degenerem em “tutelamento”, criando dependência do grupo em relação ao tutor e à equipe de formadores. Esse risco de dependência e a necessidade de promover a autonomia dos catadores são preocupações centrais e constantes em uma proposta pedagógica comprometida com a emancipação dos trabalhadores.

i) Cadernos Didáticos

É como um tipo de livro didático com textos para leitura e aprofundamento dos educandos e sugestões para o trabalho do educador. Este caderno didático pode ser construído ou complementado com base na realidade trazida no PE, mas também precisa trazer temas que não estão espontaneamente presentes nessa realidade para provocar a ampliação de horizontes e a formação integral (MAZZEU; DEMARCO, 2006).

O que se pode analisar baseado na descrição sucinta desses instrumentos ou estratégias é que seu objetivo é apoiar o processo de ação-reflexão-ação, partindo da captação de elementos da prática e organizando formas de potencializar as experiências formativas dos educandos. Como toda ferramenta metodológica, é importante que os educadores tomem os devidos cuidados para não reduzir a proposta pedagógica ao uso mecânico desses instrumentos. Eles só fazem sentido no contexto de determinados princípios e valores que os educadores precisam compreender e partilhar. Dessa forma, uma fundamentação teórica coerente e consistente é imprescindível para a construção de práticas de alternância que contribuam de forma mais efetiva para a emancipação dos catadores.

A Pedagogia da Alternância e os desafios teóricos da formação dos catadores

Para tentar identificar os elementos da PA que podem inspirar um trabalho formativo realmente emancipatório com catadores de materiais recicláveis foram destacadas duas questões que essa abordagem procura tratar e que precisam constituir-

se como eixos centrais da reflexão dos educadores que atuam nesse setor: a relação entre Educação e Trabalho e a relação entre Teoria e Prática.

A primeira questão refere-se à relação entre a Educação e o Trabalho. Historicamente a educação tem se desenvolvido de modo apartado do mundo do trabalho, nas sociedades em que existe a propriedade privada e a divisão em classes sociais. Em outras sociedades, como é o caso, por exemplo, de muitas comunidades indígenas, a educação se faz por meio das atividades sociais, ou seja, é o próprio envolvimento das novas gerações com o trabalho, os ritos, os costumes etc. que vai formando os indivíduos como sujeitos daquela comunidade. Nas sociedades divididas em classes, grande parte dos trabalhadores também recebe apenas esse tipo de educação informal, dada pelos parentes e colegas de trabalho. Essa educação é suficiente na maioria dos casos para garantir a sobrevivência e a realização das atividades práticas exigidas pelo trabalho manual, especialmente nas suas formas menos qualificadas, porém não possibilita a execução de formas mais valorizadas de trabalho, ao mesmo tempo em que dificulta a atuação nas esferas de decisão e de poder.

A educação formal, baseada em conhecimentos sistemáticos, científicos, fica, nessas sociedades, reservada a uma parte da população que se dedica aos trabalhos mais qualificados e às funções de direção econômica e política. Por isso existe um profundo distanciamento entre a escola (local de estudo) e os locais de trabalho (a fábrica, a propriedade agrícola). A própria palavra “escola” mostra essa separação, pois em grego significa literalmente “o lugar do ócio”, do tempo livre (SAVIANI, 2008, p. 95). De fato, estudar, ir à escola, tem sido um direito historicamente reservado a quem dispõe de tempo livre, tempo ocioso para dedicar-se a essa atividade. As famílias pobres, que lutam arduamente para sobreviver, no meio urbano ou rural, precisam dispor muito cedo da força de trabalho dos seus filhos para ajudar no sustento da casa.

Considerando que é imprescindível assegurar às crianças das camadas populares o acesso à escola e evitar o ingresso precoce no mercado de trabalho, entende-se que a PA aplica-se apenas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), em especial para aqueles educandos que já encontram-se trabalhando.

Na EJA, a PA abre espaço para uma conciliação entre as atividades que geram renda – o chamado Tempo-Trabalho e as atividades que não geram renda de modo direto e imediato, como o estudo – e o chamado Tempo-Escola, embora também nesse caso seja preciso lutar para ampliar ao máximo o tempo de estudo (apoiado ou subsidiado pelo poder público), pelo menos no que se refere à conclusão da Educação Básica (correspondente ao ensino fundamental e médio), tendo em vista que se trata de um direito fundamental assegurado pela constituição a todos os cidadãos. Portanto, a possibilidade de realizar estudos em regime de alternância com o trabalho não pode servir como pretexto ou forma para justificar uma formação geral aligeirada e pragmática, que prive esses jovens e adultos do acesso aos conteúdos mais relevantes do saber científico, tecnológico e filosófico. O que se busca é a construção do que Gramsci denominou “Escola Unitária”, ou escola única, na qual o estudo e o trabalho integram-se de modo dialético e orgânico, uma “escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanimemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual” (GRAMSCI, 1991, p. 118).

Ocorre que a simples alternância dos Tempos e Espaços entre o trabalho e a educação não é suficiente para que entre elas estabeleça-se esse vínculo orgânico e dinâmico que possibilite um pleno desenvolvimento dos trabalhadores como sujeitos e contribua para superar a distância entre trabalhadores manuais e dirigentes. Isso porque os conteúdos e as formas com que cada um desses espaços são organizados podem ser de tal natureza que gerem um abismo entre o que se estuda e o que se faz, mesmo que o trabalhador transite de um ponto ao outro periodicamente. Portanto, uma alternância emancipatória, que rompa com o ciclo da exploração e da pobreza, implica repensar tanto as atividades de estudo quanto as atividades de trabalho, revendo a forma com os processos formativos trabalham com a relação entre teoria e prática.

A integração entre Teoria e Prática é uma segunda questão cujo debate é permanente no contexto educacional. Entre outros aspectos dessa complexa

relação é importante considerar que uma integração efetiva constrói-se por meio de um processo que requer um tempo e um esforço constante. Por essa razão, as experiências de alternância podem apresentar diferentes graus de articulação entre essas duas dimensões do trabalho humano. A alternância pode assumir formas que vão desde uma mera justaposição dos conhecimentos adquiridos na prática e aqueles estudados na escola, até uma efetiva articulação teórico-prática, resultando em uma *práxis* tanto no ambiente escolar quanto na atividade produtiva e na prática política. Entre esses dois extremos (evidentemente, a construção de uma *práxis* transformadora, cientificamente fundamentada, é o horizonte que se busca), podem existir diferentes formas de articulação entre os saberes e as vivências que se alternam na atividade dos educandos, por exemplo: a aplicação prática de conhecimentos tecnológicos, a análise de problemas concretos do trabalho (estudos de casos) etc.

Neste texto considera-se que uma “*alternância emancipatória*” requer uma forma efetivamente integrada e transformadora de articular o trabalho e a formação. Algumas características podem ser apontadas em um processo desse tipo:

1. Os tempos dedicados ao estudo e ao trabalho não estão totalmente definidos a priori, decorrem de um levantamento das necessidades concretas da atividade produtiva e dos conhecimentos necessários para que os educandos atinjam um novo patamar de compreensão da realidade. Em uma alternância justapositiva, pelo contrário, esses tempos estão rigidamente determinados;
2. Os conteúdos do processo formativo não se limitam às questões trazidas pelos educandos com base na sua prática, mas consideram a relativa autonomia da teoria, a fim de fomentar novas ideias e estimular práticas transformadoras da realidade existente. Uma alternância emancipatória busca nos conhecimentos científicos e tecnológicos as ferramentas para problematizar a forma como os educandos jovens e adultos agem e analisam a sua prática;
3. Existe uma efetiva integração entre os agentes formadores que atuam nos dois espaços (escolar e produtivo) e entre as instituições que promovem a formação nesses espaços. Para isso é preciso que se efetive a inserção ou reinserção dos educandos no processo de escolarização, mas que os formadores que atuam com os catadores acompanhem esse processo, buscando contribuir para que o trabalho seja o princípio educativo que norteia o estudo do saber historicamente acumulado. Ao mesmo tempo, é preciso que o espaço de trabalho, por exemplo, uma cooperativa de reciclagem, seja percebido como um espaço educativo, em todos os seus momentos e formas. Ou seja, a *formação não pode limitar-se a um conjunto de cursos que ofereçam conhecimentos pré-determinados*, mesmo que esses conhecimentos sejam necessários para realizar as atividades práticas da produção e da organização do empreendimento. Por outro lado, os programas de formação (no Tempo-Escola ou no Tempo-Trabalho) não podem ser uma mera transmissão mecânica de informações que carecem de sentido para os trabalhadores, ainda que essas informações possam parecer relevantes aos educadores, como por exemplo: princípios gerais do cooperativismo e da Economia Solidária. Esses conhecimentos só fazem sentido se estiverem sendo intimamente ligados com a história, as experiências de vida e os desafios dos trabalhadores cooperados na luta pela sustentação do seu empreendimento;
4. A chave para uma alternância emancipatória nos processos formativos com catadores pode estar no binômio problematizar-instrumentalizar, isto é, criar/identificar situações-problema que mostrem os limites dos conhecimentos práticos que os catadores já possuem e, ao mesmo tempo, possibilitem apreender o saber acumulado (conhecimentos matemáticos, de gestão empresarial etc.) como instrumento de transformação da realidade (tanto da realidade material, transformando matérias-primas em novos produtos, quanto a realidade social, criando novas formas de organização do trabalho e da sociedade).

Portanto, utilizar princípios e instrumentos da PA dentro de uma abordagem emancipatória coloca grandes desafios para as instituições formadoras e para os educadores envolvidos nesse processo. Esses desafios vão muito além do trabalho “em sala de aula” e remetem para uma atuação dos educadores como agentes de desenvolvimento social, econômico e político. Significam uma disponibilidade para imergir no universo dos catadores, compreender suas lutas e esperanças para trazer essa riqueza para o âmbito dos processos formativos, dando direção e sentido aos conhecimentos a serem “ensinados” nesses processos.

A formação dos catadores com base na sua prática

À luz das reflexões suscitadas pela PA é possível levantar algumas hipóteses para estimular um debate sobre os processos formativos que tomem como ponto de partida e de chegada a prática e as experiências vividas pelos catadores de materiais recicláveis dentro e fora do espaço de trabalho. Trata-se, como já foi dito, de ideias preliminares a serem posteriormente aprofundadas.

Em primeiro lugar, a despeito das diferenças existentes entre o meio rural e o urbano, pode-se fazer uma analogia entre a atividade dos pequenos produtores rurais e a atividade de catação. Poder-se-ia considerar a catação como uma espécie de “extrativismo urbano”, pois consiste em coletar materiais que são disponibilizados pela sociedade de consumo, sem que seja possível controlar totalmente a quantidade nem o tipo de material coletado. Portanto, é um trabalho sujeito a grandes incertezas, sazonalidades e mudanças bruscas.

Também é uma atividade que requer um grande emprego de tempo, entre o deslocamento aos locais de coleta, recolha dos materiais, triagem e venda. A necessidade de sobrevivência imediata, aliada à dificuldade de prever os resultados do processo de coleta, torna o trabalho mais difícil de ser planejado e organizado coletivamente.

No entanto, o fato de que os catadores têm conseguido, de modo geral, sobreviver na “selva urbana” mostra que eles elaboraram um conjunto de conhecimentos práticos, nascidos do duro contato com a realidade, que precisam ser resgatados e valorizados.

Um trabalho baseado na PA consistiria em extrair dessa realidade os Temas Geradores para orientar e servir de base para as atividades formativas. Por exemplo, o tema do consumismo é importante como reflexão sobre o modelo econômico que gera o lixo urbano e a relação das pessoas com os resíduos. A comercialização, os tipos de materiais, as políticas públicas que podem ser acessadas pelos catadores, são exemplos de temas geradores que podem ser propostos para a reflexão dos grupos de catadores. Baseados nesses temas podem ser organizados Planos de Estudos para sistematizar os conhecimentos que os catadores já possuem como resultado das suas vivências e aqueles que vão sendo adquiridos nos processos formativos.

Com base nos debates sobre os Temas Geradores e de Visitas à Comunidade é possível aos educadores compreenderem o Universo Cultural construído pelos catadores, no qual esses temas adquirem sentido. Para os catadores esse debate baseado em temas geradores permite *ad-mirar* (FREIRE, 1987) a realidade em que estão imersos, mas da qual precisam adquirir certo distanciamento reflexivo para repensar sua forma de trabalho e de organização.

O formador, nesse diálogo com os catadores, poderá identificar as *situações problematizadoras* que podem servir de base para o estudo dos conhecimentos sistematizados e, ao mesmo tempo, identificar entre os conhecimentos científicos (da economia, administração, matemática etc.) aqueles que são de fato relevantes para elevar a prática dos catadores a um novo patamar, como gestores do seu empreendimento econômico solidário e sujeitos do seu processo de formação.

Os princípios e a metodologia da Pedagogia da Alternância poderão oferecer importantes subsídios para a elaboração de programas de formação que fujam do esquema tradicional de dicotomia entre a educação e o trabalho, entre a teoria e a prática e que contribuam para uma efetiva transformação da realidade vivida pelos catadores de materiais recicláveis. Todavia, as bases para essa transformação não estão nos méritos intrínsecos de qualquer método ou proposta pedagógica, mas sim na qualidade técnica e política dos educadores que se dedicam a esse trabalho.

Portanto, construir uma experiência de alternância emancipatória implica rever a questão da formação dos formadores. Sem entrar em detalhes desse tema, cabe aqui apenas assinalar que a formação de formadores também precisa superar os limites da abordagem tradicional dos processos formativos que consistem em oferecer um ou mais cursos de capacitação, após os quais os formadores realizam seu trabalho que será posteriormente avaliado por meios internos ou externos ao programa que estão atuando. Essa dinâmica da formação de formadores parte do pressuposto de que essa formação acontece basicamente nos momentos de curso, em que um formador mais experiente transmite orientações teóricas e metodológicas que os novos formadores irão assimilar e “colocar em prática”. Ocorre que a verdadeira formação dos formadores é aquela que acontece por meio da e na própria prática (tanto a sua prática educativa quanto sua participação na prática social). Sendo assim, os momentos de debate coletivo, de participação política, de enriquecimento cultural etc. são também (e, sobretudo) momentos formativos. Como explica Álvaro Vieira Pinto:

A pergunta fundamental, da qual deve partir toda discussão do problema da formação do professor, é esta: “quem educa o educador?”. [...] A resposta correta é a que mostra o papel da sociedade como educadora do educador. Em última análise, é sempre a sociedade que dita a concepção que cada educador tem do seu papel, do modo de executá-lo, das finalidades de sua ação, tudo isso de acordo com a **posição** que o próprio educador ocupa na sociedade. [grifo no original] (PINTO, 2007, p.79).

[...] A capacitação crescente do educador se faz, assim, por duas vias: a via externa, representada por cursos de aperfeiçoamento, seminários, leitura de periódicos especializados etc. e a via interior, que é a indagação à qual cada professor se submete, relativa ao cumprimento de seu papel social. Uma forma em que se pratica com grande eficiência esta análise é o debate coletivo, a crítica recíproca, a permuta de pontos de vista, para que os educadores conheçam as opiniões de seus colegas sobre os problemas comuns, as sugestões que outros fazem e se aproveitam das conclusões destes debates. (*idem*, p.82)

Consequentemente, as ideias centrais da PA, especialmente a busca de integração entre teoria

e prática, aplicam-se também à formação dos formadores que irão atuar junto aos catadores. Essa formação precisa consistir em um processo permanente de reflexão crítica sobre os problemas que o dia a dia da formação vai colocando, articulado com uma busca constante e intensa de obter conhecimentos mais aprofundados sobre os temas geradores que surgem das experiências dos educandos. Os momentos de estudo, de debate, de reflexão, de sistematização e a postura dialógica vão ser essenciais para que esse trabalho caminhe na direção de uma prática realmente transformadora e emancipatória, da qual os catadores estão efetivamente necessitados. Nessa prática, os formadores também aprendem com os catadores, partindo dos seus problemas e conhecimentos práticos e caminhando juntos para a construção de novas sínteses teórico-práticas. Remetendo novamente às reflexões de Álvaro Vieira Pinto (*op. cit.*, p. 82), “o educador tem, portanto, que acompanhar o movimento da realidade. A forma de vida pessoal mais perfeita na qual pode realizar este intento é permanecer em constante vinculação com o povo.” [grifos no original]

Estar vinculado ao povo significa, nessa abordagem emancipatória, buscar uma atuação pedagógica em sintonia com os movimentos sociais das camadas populares da sociedade, em sua luta pela superação das desigualdades e de todas as formas de opressão. É nesse processo de comprometimento com a transformação das estruturas sociais, acompanhando e atuando junto aos trabalhadores, que o educador efetivamente **educa-se** para atuar como um mediador entre a realidade dos educandos e os conteúdos dos programas formativos voltados a esse público.

A título de conclusão

O que se pretendeu com este texto, de modo coerente com a abordagem pedagógica adotada, foi evitar a descrição ou prescrição de métodos e técnicas a serem seguidas, buscando principalmente provocar e desafiar os formadores que atuam com catadores de materiais recicláveis ou outros trabalhadores do meio urbano e rural, para que reflitam sobre esses processos formativos, compreendendo a natureza contraditória (no

sentido dialético) do seu trabalho. De um lado essa formação só é efetiva e adquire sentido para os educandos se partir dos problemas colocados pela sua própria prática e realidade social, mas, de outro lado, os conhecimentos sistematizados são fundamentais para a superação de alguns desses problemas e para possibilitar aos trabalhadores alcançarem um novo patamar de atuação técnica e política. Esse aprofundamento teórico requer

um distanciamento relativo da prática e a existência de momentos de estudo, debate e reflexão. Integrar esses momentos (que se dão em tempos e espaços diferentes) em um processo unitário, articulado ainda com a escolarização formal e com as transformações que o mundo do trabalho vai suscitando, é um dos desafios centrais colocados para nós, educadores, para o qual precisamos estar permanentemente nos formando.

REFERÊNCIAS

- BEGNAMI, J. B. Pedagogia da alternância como sistema educativo. **Revista da Formação por Alternância**. Brasília, DF: UNEFAB, n. 3. p. 24-47, 2006.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 1981. 113 p. (Coleção primeiros passos).
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27834-27841
- _____. Ministério do Trabalho e Emprego. Fortalecimento do associativismo e do cooperativismo dos catadores de materiais recicláveis: formação para a autogestão, assistência técnica e mobilização. **Termo de referência para elaboração de propostas**. SENAES/MTE, Brasília, DF 2009 Disponível em: <http://www.mte.gov.br/editais/Termo_Referencia_Catadores.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2010.
- CALIARI, R.; ALENCAR, E.; AMÂNCIO, R. Pedagogia da alternância e desenvolvimento local: organizações rurais e agroindustriais. **Revista de Administração da Universidade Federal de Lavras**, Lavras: UFLA, v.4, n.2, p. 52-62, jul./dez. 2002.
- CASTRO, R. de. **Pedagogia da alternância**. Disponível em: <<http://www.pedagogiadaalternancia.com>>. Acesso em: 10 jun. 2010.
- CULTI, M. N. **O Desafio do processo educativo na prática de incubação de empreendimentos econômicos solidários**. 2006. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 2006.
- FONSECA, A. M. **Contribuições da pedagogia da alternância para o desenvolvimento sustentável: trajetórias de egressos de uma escola família agrícola**. 176 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. **Ação cultural para a liberdade**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 149 p. (O mundo hoje, v. 10)
- _____. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez, 1979.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v.2.
- MNCR. **Movimento nacional dos catadores(as) de materiais recicláveis**. Disponível em: <<http://www.mnccr.org.br>>. Acesso em: 7 jun. 2010.
- MAZZEU, F. J. C. ; DEMARCO, D. J. (Orgs.). **Caderno metodológico para o professor**. São Paulo: UNITRABALHO, 2006. v.1. 96 p. (Coleção Cadernos de EJA)
- PETTENON, C. V.; TEIXEIRA, E. S. **A colocação em comum como instrumento da pedagogia da alternância: um estudo com monitores e jovens em CFRS do sul do Brasil**. Disponível em: <<http://www.arcafarsul.org.br/novo/images/publicacoes/19ARTIGO2001.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2010.

PINTO, A. V. **Ciência e existência**: problemas filosóficos da pesquisa científica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. (Rumos da cultura moderna, v. 20)

_____. **Sete lições sobre educação de adultos**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 10 ed. revista. Campinas: Autores Associados, 2008. (Coleção educação contemporânea)

SILVA, L. H. Centros familiares de formação por alternância: avanços e perspectivas na construção da educação do campo. **Cadernos de Pesquisa Pensamento Educacional**, v. 8, p.270-290, jul./dez. 2009.

TEIXEIRA, E.; BERNARTT, M. L. e TRINDADE, G.. Estudos sobre pedagogia da alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.2, p. 227-242, maio/ago. 2008.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. Pró-reitoria de Extensão: núcleos temáticos. Disponível em: <<http://www.portalanterior.uneb.br>>. Acesso em: 20 maio 2010.

Recebido em 12.05.10
Aprovado em 23.06.10